

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.621 - RJ (2019/0264246-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE** : ANTONIO CARLOS CRAVO JUNIOR  
**ADVOGADOS** : ANGEL PUMEDA PEREZ - SP163499  
JOSE ISAAC BIRER E OUTRO(S) - SP059008  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto contra decisão que inadmitiu Recurso Especial por intempestividade.

O agravante alega:

Com o devido respeito, o quadro apresentado leva ao embargante que os "embargos de declaração dito como intempestivos", no fundo, foram conhecidos e providos, em parte, existindo no caso, legítima pretensão, já que, não foram manifestamente intempestivos, na esteira do artigo 1026 do Código de Processo Civil de 2015. (fl. 850, e-STJ)

**É o relatório.**

**Decido**

Os autos foram recebidos no Gabinete em 11/11/2019.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do Superior Tribunal de Justiça 2 e 3, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, ou, se publicada após 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a parte recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 11/11/2016, sendo o Recurso Especial interposto somente em 11/7/2017.

Dessa forma, inadmissível, porquanto intempestivo, eis que interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.003, § 5º, do Código de Processo Civil de 2015.

Ressalte-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a oposição de Embargos de Declaração intempestivos não interrompem nem suspendem o prazo para a interposição do Recurso Especial, como, de fato, ocorreu na espécie.

Nesse sentido:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIMES MILITARES. INTEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NÃO INTERROMPIDO O PRAZO PARA INTERPOR RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. É intempestivo o recurso especial interposto após o prazo de 15 dias, nos termos dos arts. 1.003, § 5º, do novo CPC e 26 da Lei n. 8.038/1990.

2. A jurisprudência, visando coibir abusos e o desvirtuamento do efeito interruptivo dos embargos, firmou a compreensão de que a oposição de embargos aclaratórios, quando intempestivos ou manifestamente incabíveis, não tem o condão de interromper o prazo para a interposição do recurso especial. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (AgInt no AREsp 1265139/RR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe 09/10/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPLORAÇÃO ILEGAL DE MATÉRIA-PRIMA DA UNIÃO. CRIMES CONTRA A FLORA. EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS SEM AUTORIZAÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO. INTERRUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO.

1. Embargos de declaração intempestivos não interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, motivo pelo qual é constatada a intempestividade do recurso especial. Precedentes.

2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 962.739/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, Sexta Turma, DJe 21/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL AFASTADA. TODAVIA, RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NA ORIGEM NÃO CONHECIDOS POR INTEMPESTIVIDADE. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A agravante demonstrou que o prazo recursal ficou suspenso no período de 8 a 10/2/2016, em virtude do feriado de Carnaval e Cinzas. Agravo em recurso especial tempestivo.

2. Os embargos de declaração intempestivos não interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso. Recurso especial intempestivo.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 932.083/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 10/11/2016).

Cumprе ressaltar que o conhecimento dos segundos Aclaratórios, os quais foram opostos com o objetivo de questionar a decisão que não conheceu dos primeiros Embargos de Declaração, não tem o condão de restabelecer o prazo para interposição do Recurso Especial, principalmente porque manteve a decisão de

# *Superior Tribunal de Justiça*

não conhecimento dos primeiros Embargos Declaratórios.

Ante o exposto, **não conheço do Agravo em Recurso Especial.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator